SETEMBRO 2026

202ª EDIÇÃO

GAZETA DO POVO

REVISTA

DANÇA DAS CADEIRAS

Troca no Senado pode criar cenário favorável ao impeachment de ministros do STF. Veja levantamento de candidatos simpáticos à ideia



Foto: Imagem criada com ChatGPT/Gazeta do Povo

Editorial: O TSE retoma o jogo sujo contra Deltan Dallagnol

Quem é Walfrido Warde, que fez proposta “matadora” para livrar Moraes da Magnitsky

Índice

Editorial: O TSE retoma o jogo sujo contra Deltan Dallagnol	04
Francisco Razzo: Lula fez campanha na ONU e chamou isso de realismo	13
Paulo Cruz: A Converse e a estupidez “woke”	22
Gazeta do Povo mapeia candidatos ao Senado pró-impeachment no STF	33
“Ligações perigosas” de Lula agora incluem ex-advogado de Vorcaro	111
Quem é Walfrido Warde, que fez proposta para livrar Moraes	125
As 10 teses mais inusitadas premiadas pela Capes em 2026	132

💡 **USUÁRIO DE ANDROID**: PARA NAVEGAR UTILIZANDO OS LINKS DE PÁGINA VOCÊ PRECISA DO APP ACROBAT READER



TSE suspendeu campanha de Deltan Dallagnol com base em alegações sem fundamento que remetem a 2023. (Foto: ChatGPT sobre foto de Hedeson Alves/EFE)

EDITORIAL

O TSE retoma o jogo sujo contra Deltan Dallagnol

A perseguição do petismo a todos os agentes da lei que conduziram a Operação Lava Jato e botaram peixes graúdos do partido na cadeia –

inclusive o presidente Lula, antes que ele tivesse suas condenações revogadas pelo STF e voltasse a ser um ficha-limpa – não terminará até que ex-juízes e ex-procuradores tenham suas carreiras inviabilizadas e sejam definitivamente transformados nos vilões da história.

Deltan Dallagnol, que coordenou a força-tarefa da Lava Jato no Ministério Público Federal, voltou a ser alvo da ofensiva petista quando se candidatou ao Senado Federal; seus adversários querem tirá-lo da disputa, custe o que custar. E estão conseguindo a ajuda do mesmo Tribunal Superior Eleitoral que, teratologicamente, tomou de Dallagnol o mandato de deputado federal conquistado em 2022.

No sábado, dia 19, o ministro Floriano de Azevedo Marques concedeu liminar suspendendo a campanha de Dallagnol, a pedido do PT. Ele não pode usar fundos públicos, nem veicular propaganda no rádio e na televisão, e está impedido de participar de debates – restrições quase idênticas às impostas no fim de agosto por Dias Toffoli ao candidato Renan Santos, que disputa a Presidência da República.

Os petistas estavam indignados com a decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, que atestou a elegibilidade de Dallagnol no início de setembro. Para derrubar a decisão da Justiça Eleitoral paranaense, Azevedo Marques ressuscitou um dos maiores absurdos já cometidos pelo TSE, a unanimidade em torno da "bola de cristal" de Benedito Gonçalves – aquele,

dos tapinhas amigáveis dados por Lula, do “missão dada é missão cumprida”, e que prometeu estar “sempre à disposição” de Daniel Vorcaro.

> ***A perseguição a Dallagnol no TSE é um lembrete importantíssimo do enorme mal causado ao país por uma Justiça aparelhada e que julga com critérios políticos***

Em 2022, o ex-procurador foi o candidato a deputado federal mais votado do Paraná. Sua candidatura foi contestada pelos “suspeitos de sempre”, mas o TRE-PR reconheceu por unanimidade que não havia irregularidade alguma; afinal, a Lei da Ficha Limpa considera inelegíveis aqueles que tenham pedido

exoneração do Ministério Público enquanto respondem a processo administrativo disciplinar, mas este não era o caso de Dallagnol quando de sua saída do MPF, em 2021. No TSE, tudo mudou. Para contornar a verdade dos fatos, Gonçalves recorreu à futurologia: as reclamações que de fato havia contra Dallagnol poderiam se tornar PADs; assim, o pedido de exoneração seria uma ação deliberada para burlar a Lei da Ficha Limpa, e só isso já bastava para cassar o registro de candidatura. Um absurdo evidente, que nem o TSE nem o Supremo Tribunal Federal corrigiram posteriormente.

Pois o ministro Azevedo Marques – indicado por Lula, e muito próximo de Alexandre de Moraes, alvo frequente das críticas de Dallagnol – resolveu ignorar o absurdo da decisão de 2023 (que poderia e deveria ser revista) e o fato de que

ela só produzia efeitos para aquele pleito específico, como demonstraram os pareceres de eminentes eleitoralistas. Como se não bastasse, ainda afirmou não haver “fatos supervenientes” que permitissem atestar a eligibilidade do ex-procurador.

Mentira completa: Dallagnol apresentou, no recente julgamento no TRE, farta documentação atestando que o convite do Podemos para entrar na carreira política veio antes do pedido de exoneração; além disso, nenhuma das reclamações, pedidos de providências ou sindicâncias existentes contra Dallagnol quando de sua saída do MPF se converteu em PAD, mesmo quando os alvos incluíam procuradores que permaneceram no órgão – ou seja, a futurologia de Gonçalves estava furada.

Apenas muita ignorância ou muito comprometimento político-partidário explicam que alguém não considere esses elementos mais que suficientes para atestar o erro de 2023 e a regularidade da atual candidatura de Dallagnol. No entanto, a ignorância e o comprometimento parecem ser mercadoria abundante também no plenário do TSE, que formou maioria na tarde desta segunda-feira para manter a suspensão da campanha do ex-procurador, graças aos votos dos ministros Estela Aranha, Ricardo Villas Bôas Cueva e Dias Toffoli, um dos maiores protagonistas do desmonte da Lava Jato no STF.

Mesmo com a campanha suspensa, Dallagnol segue candidato e aparecerá na urna. Ainda assim, o TSE acaba de nos dar uma triste prévia do que pode ocorrer quando a corte for provocada

a julgar, mais uma vez, a elegibilidade do agora candidato ao Senado. Um tribunal que deixasse de lado as conveniências políticas e agisse guiado pelo que diz a lei e pelo autêntico senso de justiça não permitiria outro desfecho que não fosse o reconhecimento da elegibilidade de Dallagnol, permitindo que seja única e exclusivamente o eleitor paranaense a decidir se ele merece ou não um mandato. No entanto, é preciso admitir que perspectivas atuais não são animadoras.

A perseguição a Dallagnol no TSE é um lembrete importantíssimo do enorme mal causado ao país por uma Justiça aparelhada e que julga com critérios políticos. Em outubro, o brasileiro elegerá não apenas a pessoa que escolhe os membros dos tribunais superiores – Supremo, STJ e TSE –, mas também as pessoas que têm o dever constitucional de ser o contrapeso quando

esses magistrados abusam de seu poder. O Senado tem se omitido vergonhosamente nessa tarefa, pois os parlamentares de coragem ainda são minoria; assim, eles são incapazes, por exemplo, de impedir que um pusilânime como Davi Alcolumbre ocupe a presidência da casa e segure todos os pedidos de impeachment. Não desperdicemos nosso voto com covardes.



Voltar ao índice

GAZETA DO POVO



Escolha de palavras de Lula em seu discurso na ONU deixou bem clara sua indignação seletiva com as guerras. (Foto: Ricardo Stuckert)

OPINIÃO

Francisco Razzo

Lula fez campanha na ONU e chamou isso de realismo

Sou realista, da variedade trágica, que é a menos animada de todas. Trágica no sentido de

Agostinho: a cidade dos homens vive da libido dominandi, o desejo de dominar, que a política pode conter e nunca curar. Acredito que o poder se exerce por interesse e que a força decide mais do que a razão gostaria. Por isso prestei atenção quando Lula, abrindo a Assembleia Geral da ONU, disse não desconhecer “as realidades do poder” e garantiu: “Isso não é idealismo. É o mais puro realismo”.

O realismo de Lula durou uma frase. A seguinte foi esta: “A guerra não é a continuação da política por outros meios. É a falência total da política”. Bobagem. A fórmula corrigida é de Clausewitz, está no primeiro capítulo de Da guerra e costuma circular como licença de general. Diz quase o contrário. Clausewitz escreve que a intenção política é o fim e a guerra, o meio. No oitavo livro, apura a ideia numa linha que vale o tratado, cito

no original para gastar meu alemão: a guerra hat freilich seine eigene Grammatik, aber nicht seine eigene Logik – tem, de fato, sua própria gramática, mas não sua própria lógica. A lógica continua pertencendo à política. Daí que a guerra possa ser negociada e interrompida. Ela serve a alguém que quer alguma coisa. Quem quer alguma coisa pode ser levado a querer menos.

> ***Sem a política, quem decide qual guerra condenar é a filiação. Lula tem seus amigos, e a gramática do discurso mostra quais***

Chamar a guerra de falência da política desfaz esse vínculo. Uma guerra que não serve a fim algum entra para a família do Super El Niño, que aparece mais adiante no mesmo discurso, entre

as geleiras do Himalaia. Diante de catástrofes naturais, sobra o lamento. Lula avisou no início qual era o dele: a indignação, “o sentimento que me move hoje”. As perguntas de um realista – quem quer o quê, com que força, a que preço aceitaria parar – ficam sem lugar num discurso demagógico que já expulsou a guerra da política.

A indignação seletiva sai daí. Sem a política, quem decide qual guerra condenar é a filiação. Lula tem seus amigos, e a gramática do discurso mostra quais. Gaza recebe sujeito, verbo e complemento: “genocídio praticado pelo governo Netanyahu contra mulheres e crianças”. Justiça seja feita, o Hamas também foi nomeado, com atos chamados de terroristas. Mas nessa frase o lugar de sujeito fica com as vítimas: “Civis israelenses pagaram o preço do radicalismo e da intolerância dos atos terroristas do Hamas”. O

autor dos atos chega no fim de uma fila de genitivos, depois do preço, do radicalismo e da intolerância.

A Ucrânia recebe um verbo pronominal: “A guerra entre Rússia e Ucrânia se arrasta há cinco anos”. A guerra se arrasta sozinha. O país que atravessou a fronteira em fevereiro de 2022 cabe numa preposição, lado a lado com o invadido. Putin não aparece. Vem então a certeza de que “não haverá vencedores no campo de batalha”. Um realista lê a frase de outro jeito. Cessar-fogo na linha de contato dá a vitória a quem ficou com o território. Para a paz, o discurso oferece o Grupo de Amigos da Paz, “criado por Brasil e China”. A China é aquela que, 20 dias antes dos tanques, assinou com Moscou uma amizade “sem limites”. A paz foi procurar amigos na mesma casa onde a guerra tinha encontrado os seus.

Na América Latina a regra continua valendo. Cuba sofre “punição coletiva” por obra de “um embargo econômico e um cerco energético ilegais”; da Nicarágua se diz que “não vai resolver os seus problemas impedindo a oposição de disputar eleições”. Washington levou a acusação; Manágua, um conselho. A Venezuela mereceu uma frase que serve igualmente à oposição e ao chavismo: o povo venezuelano “merece definir o próprio destino”.

Dirão que a Assembleia Geral é o foro de quem não tem força, que ali cada Estado vale um voto e que falar em justiça é o que sobra aos fracos. É verdade. Tucídides deixou o modelo no diálogo em que os mélios dizem aos atenienses que a justiça está do lado de Melos. Estava. Atenas respondeu que os fortes fazem o que podem e os

fracos sofrem o que devem. Os homens de Melos foram mortos; mulheres e crianças, vendidas como escravas. Mas os mélios falavam aos atenienses, com a própria cidade em jogo.

O discurso de Lula falava a quem? Ao mundo, entregou uma lista de queixas sem instrumento para impor nenhuma. O Brasil não tem veto, não tem esquadra, não tem alavanca sobre Moscou, Tel Aviv ou Washington. O único trunfo real, os minerais críticos e as terras raras, apareceu como cláusula de soberania com "contrapartida obrigatória", mais perto do comício que da mesa de negociação.

O outro destinatário ele próprio nomeou. O final foi reservado a "uma mensagem sobre o meu país": no dia 4 de outubro, 12 dias depois, o eleitor

vai “decidir entre democracia e negacionismo”. Lula é candidato à reeleição. Antes disso tinham passado pela tribuna o “operário eleito três vezes presidente”, a escala 6x1, a Lei Antifacção, o Pix e as bets – pauta de horário eleitoral gratuito, com tradução simultânea. Veio ainda o aviso sobre “alguns” que “abusam dessa liberdade para se associar a interesses estrangeiros contrários ao país”. Foi dito numa tribuna estrangeira, para plateia estrangeira, uns 13 minutos depois de o mesmo orador denunciar “a ingerência externa em processos eleitorais”. A ingerência só trocou de sentido: desta vez foi a eleição brasileira que viajou até Nova York.

Lido assim, o discurso fica coerente. Clausewitz sai dele inteiro. Era política continuada por outros meios: a campanha, com a tribuna da ONU fazendo as vezes de palanque. A guerra saiu da

política no terceiro minuto; a eleição entrou na diplomacia no vigésimo.

Campanha é do jogo, até na ONU. Tenho a força dos mélios, que é nenhuma. Gasto a que tenho reclamando do rótulo de realismo que alguém pregou numa lamentação. Pelo menos, se isso pode ser considerado alguma virtude, não peço voto a ninguém.



Autor: Francisco Razzo é professor e mestre em Filosofia. Autor de “Contra o Aborto” e “A Imaginação Totalitária” (Record), reuniu seus ensaios mais recentes na coletânea “Minha contribuição para tornar o mundo um lugar ainda pior” (Noétika), uma reflexão sobre a banalidade do heroísmo em uma era de incertezas. **Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.

Voltar ao índice

GAZETA DO POVO



Converse tirou um anúncio do ar após imagem ser cortada e manipulada por canceladores para facilitar acusações de racismo. (Foto: CJ Gunther/EFE/EPA/Shutterstock)

OPINIÃO

Paulo Cruz

A Converse e a estupidez “woke”

“As ideologias não estão preocupadas em encontrar e expressar a verdade por seu valor de verdade. O que lhes interessa é confeccionar uma verdade

utilizável. Em outras palavras, 'a verdade' não é, para o ideólogo, senão um instrumento manipulador, um dispositivo apto a servir, funcionalmente, um interesse político determinado e um projeto de ação." (Andrei Pleșu)

Uso o tênis Chuck Taylor All Star desde que me entendo por gente. O clássico da Converse entrou na minha vida por meio dos meus irmãos mais velhos, muito ligados à cultura negra americana que, através do basquete e do hip hop, se apropriou da marca de maneira quase exclusiva. É só procurar, por exemplo, fotos do lendário pivo Wilt Chamberlain, nos anos 1960, ou do rapper Snoop Dogg que essa associação ficará evidente. Sem esquecer dos roqueiros, que também são bastante identificados com o modelo.

Nos anos 1980 a Converse era proibida de operar no Brasil por causa de uma patacoada comercial bem ao estilo brasileiro: em 1979, aproveitando que a Converse ainda não operava oficialmente no país, e lá fora já fazia um sucesso estrondoso, dois empresários brasileiros de Franca (SP) foram ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi) e registraram legalmente a marca “All Star” e o logotipo da estrela em nome de sua própria empresa. Por isso, se a Converse americana tentasse vender o seu icônico modelo no mercado brasileiro, estaria cometendo crime de violação de marca contra a empresa brasileira. No Brasil, a imitação se chamava “America’s n.º 1” – e era feia, sobretudo pela diferença no bico, tão característica no original. Meus irmãos e eu nunca tivemos um desses. Quando alguém conhecido viajava para os Estados Unidos,

pedíamos encarecidamente que trouxesse para nós.

Só em 2006, após uma longa batalha judicial, a Converse conseguiu, finalmente, vender seu icônico modelo no Brasil, fabricado pela Coopershoes. Foi uma alegria encontrar Converse nas lojas brasileiras, naquela variedade de cores tão característica, e lembro-me como se fosse hoje de quando entrei numa loja e comprei três pares de uma vez, em couro. Mas que o leitor que não sabia fique sabendo: custavam um quarto do valor que custam hoje, após a marca passar por um processo de gourmetização. Atualmente, tenho sete pares: os três primeiros, que têm praticamente 20 anos, e os demais, comprados em gloriosas promoções.

Dito isso, o leitor deve ter uma ideia do que pensei ao ver toda a gritaria em torno de uma propaganda da marca, acusada de ser racista e de fazer alusão à milícia norte-americana Ku Klux Klan (KKK). Vi vídeos de pessoas realmente emocionadas, chorando, falando em genocídio da população negra e dizendo que, atualmente, há um aumento de enforcamento de jovens negros nos EUA. E não estou exagerando – eles estão. A imprensa brasileira, obviamente, comprou pelo valor de face a sandice; supostos especialistas em semiótica afirmaram, em suas "análises", que a empresa fez tudo de caso pensado, a fim de passar um recado; influenciadores e anônimos prometeram boicotar a marca. A grita foi tão insana que a Converse tirou a propaganda do ar, apagou as fotos e pediu desculpas, vestindo a carapuça de forma humilhante:

“Pedimos desculpas. Entendemos por que essa imagem é profundamente perturbadora e reconhecemos que erramos. Nós a removemos de nossos canais e estamos trabalhando para que ela seja retirada de todos os lugares onde apareceu. Isso não deveria ter acontecido e faremos melhor.”

Acusou o golpe e fez aquilo que jamais deve ser feito na internet – pois a emenda sempre sai pior que o soneto –: se desculpar. O cancelamento, que, num primeiro momento, parece o fim do mundo para a vítima não recua até que, naturalmente, seja substituído por um novo factoide ou, naturalmente, pare de aparecer no feed dos adictos em redes sociais – umas 72 horas. Jamais peça desculpas a canceladores por algo que não é real. Como disse sabiamente David Chappelle num de seus especiais de comédia, ao dizerem que ele havia sido cancelado: “o twitter

não é um lugar real". Ou Rue Bennett, personagem de Zendaya em Euphoria: "Isso é o estranho da internet: são dez pessoas e parece que é todo mundo".

Agora, vamos aos fatos conhecidos – porque a intenções da empresa só ela sabe. Primeiro: a foto original foi cortada, aumentada e escurecida a fim de causar a impressão que seus acusadores queriam. A imagem original, que conta com a participação da cantora sul-coreana Karina – embaixadora da marca –, do grupo de k-pop Aespa, exibe a jovem em pé, com uma saia branca longa, no centro de uma estrela (símbolo da Converse) de luz, com uma das pontas subindo por sua perna, causando um efeito de sombra. Na mão esquerda ela segura um par do belíssimo Converse Chuck 70 X pela parte de trás do cano alto. Em volta dela, outros três pares do mesmo

modelo, e ela mesma calça um. Os canceladores escureceram a foto original a fim de que o braço que segura o par de tênis ficasse na penumbra e o par de tênis parecesse – pelo menos na mente doentia dessas pessoas – ser de alguém enforcado. E que a luz da estrela na perna da artista parecesse um capuz da KKK.

Outro fato absolutamente ignorado pela estupidez sentimentalista é que essa campanha, aparentemente destinada ao mercado global, com forte presença no mercado asiático e protagonizada por uma estrela sul-coreana, não permite uma interpretação clara de que a peça tenha sido concebida a fim de enviar uma mensagem subliminar ao público americano, identificado com os elementos da acusação. Isso é ridículo.

> ***Toda essa histeria coletiva é uma insanidade ideológica de quem já perdeu o contato com a realidade***

Já a bolha à direita da internet tem argumentado que a campanha não poderia ser racista, uma vez que o Chief Marketing Officer (CMO) da Converse seria Rodney Rambo, um homem negro; e que a vice-presidente global de Footwear & Design da marca é Chavon Webster, uma mulher negra. O que, inclusive, rebateria o argumento de que o enfraquecimento das iniciativas de Diversidade e Inclusão nos EUA sejam a causa de problemas desse tipo. Mas Rambo deixou a empresa em maio desse ano. E, embora Webster continue lá, campanhas publicitárias parecem não passar por sua responsabilidade direta. Mas isso pouco importa. O fato é que toda essa histeria coletiva é

uma insanidade ideológica de quem já perdeu o contato com a realidade. Esse antirracismo radical, que o linguista John McWhorter chama de “Terceira Onda Antirracista” em seu livro Racismo Woke,

“explora o medo da sociedade moderna de ser considerada racista para promulgar não apenas o antirracista, mas um tipo de reprogramação cultural obsessivo, egoísta, totalitário e absolutamente desnecessário. É possível perdoar quem pense que esse teatrinho é uma continuação dos esforços do movimento dos Direitos Civis de outrora, o único tipo de antirracismo que poderia existir. Seus adeptos, agora situados nas mais prestigiosas e influentes instituições do planeta, pregam com uma indignação tão desdenhosa que, em seus melhores dias, podem parecer muito ‘corretos’.”

Uma atitude religiosa e intolerante de correção política que precisa, urgentemente, ser defenestrada do debate público e da sociedade, para que possamos usar os nossos pares de All Star em paz.



Autor: Paulo Cruz é professor e palestrante, formado em Filosofia e mestre em Ciências da Religião. Em 2017, foi um dos agraciados com a Ordem do Mérito Cultural, honraria concedida pelo Ministério da Cultura a nomes que se destacaram na produção/divulgação cultural, e em 2022, com o podcast Noir, foi vencedor do Prêmio Governo do Estado de São Paulo para as Artes, na categoria Cultura Urbana. **Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.

Voltar ao índice



Levantamento mostra o posicionamento de 222 candidatos sobre o impeachment de ministros do STF. (Foto: André Borges/EFE)

Levantamento exclusivo

Gazeta do Povo mapeia candidatos ao Senado pró-impeachment no STF

Por **Rafael Fantin**

Um levantamento exclusivo da **Gazeta do Povo** aponta que 98 candidatos ao Senado em todo o

Brasil são favoráveis ao impeachment de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), sendo que apenas 18 concorrentes se manifestaram contra a abertura dos processos na Casa Alta. Todos os detalhes podem ser conferidos a seguir. O monitoramento da posição dos candidatos teve início em abril, ainda durante a pré-campanha, e acompanha as manifestações dos concorrentes de partidos com representatividade de pelo menos um parlamentar no Congresso Nacional. Além disso, a Gazeta do Povo entrou em contato com os candidatos que não se manifestaram espontaneamente sobre o tema.

Neste ano, cada estado brasileiro vai eleger dois senadores, o que representa um total de 54 parlamentares eleitos, com possibilidade de renovação de até dois terços do Senado.

O levantamento do sigilo das mensagens entre o ministro do STF Alexandre de Moraes e o banqueiro Daniel Vorcaro, imposto pelo relator do caso do Banco Master, André Mendonça, intensificou a pressão pela abertura de processo de impeachment contra Moraes no Senado e, consequentemente, a manifestação dos candidatos favoráveis à proposta.

No início de setembro, candidatos ao Senado de todo o país passaram a cobrar os atuais senadores para que Moraes seja investigado pela Casa, que tem a prerrogativa de abrir o procedimento que pode culminar na cassação de mandatos de ministros do STF. Moraes é alvo de 67 petições no Congresso, de um total de 109 pedidos de impeachment contra magistrados da Suprema Corte.

Com o agravamento da crise e o embate público entre Mendonça e Moraes, a tendência é que a relação institucional entre os Poderes seja um dos principais temas das eleições e tenha peso na decisão do voto do eleitor. Dos 222 candidatos ao Senado dos 26 estados e do Distrito Federal, filiados a partidos com representatividade no Congresso Nacional, 83 não se posicionaram ou não foram localizados pela reportagem da Gazeta do Povo. O espaço segue aberto para a manifestação dos candidatos.

As declarações daqueles que se manifestaram a favor do impeachment de ministros do STF foram incluídas na reportagem para avaliação dos eleitores sobre o comprometimento dos candidatos ao Senado com o tema.

A posição de cada candidato ao Senado

Acre

- **Márcio Bittar (PL): a favor**

  Bittar tem defendido o impeachment do ministro Alexandre de Moraes, principalmente em decorrência do processo que condenou os envolvidos nos atos do dia 8 de janeiro de 2023. “Estamos vendo um processo em que dezenas, centenas de pessoas estão sendo condenadas quando nem sequer deveriam ser processadas no Supremo Tribunal Federal, porque nenhuma delas tem foro privilegiado. O Brasil assiste estupradores terem menos pena do que brasileiros comuns que portavam a Bíblia debaixo do braço e estão sofrendo”

- **Eduardo Velloso (Solidariedade): a favor**

Em 2022, o primeiro suplente Eduardo Velloso assumiu a vaga de senador por 121 dias. “Fui um dos poucos parlamentares do Acre que teve coragem de apoiar pedidos de impeachment contra os ministros do STF”, disse.

- **Mara Rocha (Republicanos): pretende discutir reforma do STF**

  “Hoje, o cargo de ministro do STF é vitalício. E quando o poder não tem prazo, ele se concentra e isso não é saudável para nenhuma nação. É preciso debater o mandato para ministros do STF, para garantir independência e para permitir renovação e equilíbrio na Corte”, declarou.

- Sérgio Petecão (PSD): não se posicionou

- Gladson Cameli (PP): não se posicionou
- Inácio Moreira (PSOL): não foi localizado
- Jorge Viana (PT): não foi localizado

Alagoas

- **Davi Filho (Republicanos): a favor**

  “Os senadores têm que levar muito a sério o que pode acontecer com o Brasil. É responsabilidade principalmente do Senado Federal. Espero que os senadores de Alagoas peçam para o Alcolumbre pautar essa matéria para a Casa decidir se vota a favor ou contra”, disse o candidato.

- Arthur Lira (PP): neutro
- Renan Calheiros (MDB): não se posicionou
- Marina Candia (PSDB): não se posicionou

- Dr. Wanderley (MDB): não foi localizado

Amazonas

- **Capitão Alberto Neto (PL): a favor**

  "O Alcolumbre disse que pode ter 80 assinaturas que ele não vai pautar. [...] Não pautar o impeachment do Moraes mostra um Senado corrompido", criticou o deputado federal e candidato ao Senado.

- **Plínio Valério (PSDB): a favor**

  "Neste momento, volta à tona a pauta do impeachment de ministros. Agora, com 54 novos ou a gente repetindo [o voto], a esperança é que a gente possa ter o quórum para 'impichar' os ministros."

- **Wilson Lima (União): a favor**

  “O prefeito pode ser cassado, o governador, o presidente da República, por que o ministro também não pode? Por que ele não pode ser avaliado e questionado sobre o comportamento dele? Não tenha a menor dúvida de que, se o ministro cometeu o crime, está provado, ele tem que ser afastado e cassado”, declarou Lima em entrevista à rádio Difusora no mês de junho.

- Eduardo Braga (MDB): não se posicionou
- Ismael Munduruku (Rede): não foi localizado
- Professora Evany (PSOL): não foi localizado

Amapá

- Rayssa Furlan (Podemos): não se posicionou

- Lucas Barreto (PSD): não se posicionou
- Randolfe Rodrigues (PT): não se posicionou
- Alliny Serrão (União): não se posicionou
- Acácio Favacho (MDB): não se posicionou
- Capi (PSB): não foi localizado

Bahia

- **João Roma (PL): a favor**

  "Diante dos fatos que vieram a público envolvendo o ministro Alexandre de Moraes, considero que existem elementos graves que precisam ser investigados com absoluta seriedade e independência. Por isso, defendo a abertura do processo de impeachment, assegurando, naturalmente, o direito de defesa e o devido processo legal", declarou Roma.

- Angelo Coronel (Republicanos): neutro
- Jaques Wagner (PT): contra
- Rui Costa (PT): não se posicionou
- Marcelo Carvalho (Rede): não foi localizado
- Professora Delliana (PSOL): não foi localizado

Ceará

- **Capitão Wagner (União): a favor**

  A assessoria do candidato informou que Capitão Wagner deve priorizar questões relacionadas ao STF e ao papel institucional do Senado durante a campanha eleitoral para senador. Segundo a assessoria dele, os temas terão espaço, especialmente quando envolverem o equilíbrio entre os Poderes, o respeito às instituições e às prerrogativas do Senado.

- **Alcides Fernandes (PL): a favor**

  “O Congresso Nacional precisa exercer plenamente suas prerrogativas e, ao mesmo tempo, preservar a independência e a harmonia entre os Poderes, sempre dentro dos limites estabelecidos pela Constituição”, declarou Fernandes.

- **Guilherme Theóphilo (Novo): a favor**

  Em entrevista ao jornal cearense O Otimista, o candidato Guilherme Theóphilo afirmou que seguirá a diretriz nacional do Novo e votará pelo impeachment de ministros do STF, caso seja eleito.

- Cid Gomes (PSB): contra
- Luizianne Lins (Rede): não se posicionou

Distrito Federal

- **Bia Kicis (PL): a favor**

  "Uma das minhas pautas principais será a de buscar o equilíbrio entre os Poderes, que é algo que, como deputada federal, tenho lutado nos últimos dois mandatos. Além disso, entendo a importância de votarmos no impeachment de ministros do Supremo que têm extrapolado seus deveres constitucionais em prol de seus interesses pessoais", afirmou Kicis à Gazeta do Povo.

- Leila Barros (PDT): pretende discutir reforma do STF

Segundo a assessoria da parlamentar, a senadora defende o aperfeiçoamento do modelo atual de indicação de ministros do STF, com a adoção de lista tríplice baseada na carreira da magistratura, além da discussão sobre mandatos com prazo determinado.

- **Michelle Bolsonaro (PL): a favor**

  “A gente tem visto tantas atrocidades, a gente tem visto um Congresso de joelhos em frente ao STF. Isso é uma tristeza muito grande pra gente porque hoje, infelizmente, só quem governa é o Judiciário", afirmou a ex-primeira-dama.

- **Ronaldo Fonseca (PSD): a favor**

"Não dá mais para Alexandre de Moraes continuar no Supremo Tribunal Federal. Quero ser o primeiro a votar pelo impeachment no Senado", disse o candidato após o agravamento da crise no STF neste mês de setembro.

- **Sebastião Coelho (Novo): a favor**

  O desembargador aposentado tem se manifestado pelo impeachment dos ministros do STF e participado de protestos pela aprovação do processo de cassação de Moraes no Senado. Em 2024, ele foi autor de um dos pedidos contra o ministro. Nós estamos tratando aqui sobre liberdade, separação de Poderes e sobre abusos de poder que têm que ser parados imediatamente", disse na época.

- Erika Kokay (PT): contra
- Guto Felício dos Santos (PSDB): não se posicionou
- Marley (Avante): não se posicionou

Espírito Santo

- **Evair de Melo (Republicanos): a favor**

  "Há anos venho denunciando os abusos e defendendo que toda autoridade deve responder pelos seus atos dentro da lei. Diante dos fatos envolvendo o ministro Alexandre de Moraes e o Banco Master, assinei o pedido de impeachment por crime de responsabilidade que será encaminhado ao Senado", declarou Melo pelas redes sociais.

- **Leonardo Monjardim (Novo): a favor**

  "Vou atuar com mão de ferro e muita coragem. Nosso partido determinou que todos os candidatos ao Senado têm essa obrigação. Todos assinaram um termo de compromisso de que vai votar a favor do impeachment de ministros do STF", disse Monjardim em entrevista ao Sim Notícias.

- **Maguinha Malta (PL): a favor**

  “Esses temas terão destaque porque não vejo outro meio para restabelecermos o equilíbrio entre os Poderes no Brasil sem que façamos impeachment de ministros do STF, que vêm ultrapassando e muito sua prerrogativa de guardiões da Constituição”, declarou Maguinha.

- **Marcos do Val (Avante): a favor**

  "Quero continuar no Senado para combater as ilegalidades, a corrupção e o crime organizado. Para fiscalizar quem exerce o poder e exigir responsabilidade de quem abusa dele", declarou pelas redes sociais o senador da oposição Marcos do Val, que foi investigado por Moraes e é autor de pedidos contra o ministro.

- **Sergio Meneguelli (PSD): a favor**

  "Neste momento, eu sou favorável à renúncia de alguns ministros por causa do escândalo e da vergonha deste Congresso Nacional. Eles criticam o STF e têm o poder de mudar", disse o candidato ao programa Sim Notícias, ao citar a prerrogativa do Senado.

- Paulo Hartung (PSD): não se posicionou
- Professor Fabian (PSOL): não foi localizado
- Renato Casagrande (PSB): contra
- Fabiano Contarato (PT): contra
- Rose de Freitas (MDB): não se posicionou

Goiás

- **Delegado Humberto Teófilo (Novo): a favor**

  "Defendo o papel do Senado na contenção de abusos por parte de ministros do STF, garantindo o equilíbrio entre os Poderes e assim desencadeando processos de impeachment contra os 'intocáveis' do mesmo modo que ocorreu no Chile".

- **Gracinha Caiado (União): a favor**

A ex-primeira-dama de Goiás passou a defender o impeachment de Moraes após o agravamento da crise no Supremo. “Ninguém está acima da lei, nem mesmo um ministro do Supremo. E o ministro Alexandre de Moraes não tem mais a menor condição de seguir na corte mais alta do país”, afirmou ao jornal Opção. Em maio, Gracinha foi questionada pela Gazeta do Povo se o impeachment de ministros seria uma prioridade na campanha. Não houve retorno no primeiro levantamento com os pré-candidatos da Região Centro-Oeste.

- **Gustavo Gayer (PL): a favor**

  O deputado federal Gustavo Gayer é alvo de processos no STF e se tornou um dos parlamentares de direita mais influentes nas

redes sociais, com discurso combativo contra os excessos da Suprema Corte.

- **Gustavo Mendanha (PRD): a favor**

  “Todos somos iguais perante a lei e precisamos ser cobrados com o mesmo rigor. Se um ministro do Supremo descumpriu a lei, ele precisa ser investigado e, se o crime for comprovado, punido. O Senado tem essa responsabilidade constitucional e não pode abrir mão dela”, afirmou Mendanha em entrevista recente à PUC TV.

- **Vanderlan Cardoso (PSD): a favor**

  "Ninguém pode agir acima da Constituição. O Brasil precisa restabelecer o equilíbrio entre os Poderes, e esse limite começa pelo respeito às leis e ao devido processo legal", afirmou

Cardoso, que disse que assinou pedidos de impeachment contra Moraes desde 2024.

- **Oséias Varão (PL): a favor**

  O vereador de Goiânia Oséias Varão é candidato ao Senado ao lado de Gayer, seguindo o mesmo tom do deputado federal, que encabeça a chapa pura do PL ao Senado. “De todos os candidatos, nós dois somos os únicos que vamos, sem medo, lutar pelo impeachment de Alexandre de Moraes”, declarou.

- **Zacharias Calil (MDB): a favor**

  "Assinei dois pedidos de impeachment contra o ministro do STF Alexandre de Moraes. Se um presidente pode ser retirado, um ministro também", afirmou o candidato recentemente.

- Alexandre Baldy (PP): não se posicionou
- Isaura Lemos (PSB): não foi localizada
- Iure Castro (Cidadania): não foi localizada
- Cintia Dias (PSOL): não foi localizada

Maranhão

- **Cidônio Gonçalves (PL): a favor**

  "Eu vou ser o único senador do Maranhão que vou ter coragem de assinar o impeachment de algum membro do Supremo", disse o candidato durante encontro com produtores rurais.

- **Lahesio Bonfim (Novo): a favor**

  Bonfim deve seguir a recomendação do partido Novo, que publicou uma diretriz nacional favorável ao impeachment de

ministros do STF e condicionou as candidaturas ao posicionamento.

- Weverton Rocha (PDT): não se posicionou
- Eliziane Gama (PT): contra
- André Fufuca (PP): não foi localizado
- Roseana Sarney (MDB): não foi localizado
- Enilton Rodrigues (PSOL): não foi localizado

<u>Mato Grosso</u>

- **Antônio Galvan (Avante): a favor**

  "Ou nós corrigimos a situação das instituições para que elas voltem a ser respeitadas ou vamos virar uma Venezuela, uma Nicarágua, uma Cuba, perdendo a nossa liberdade", disse em entrevista à TV Guaporeí.

- **Carlos Fávaro (PSD): a favor**

  "Diante das informações reveladas pela Polícia Federal, defendo que o ministro Alexandre de Moraes venha a público e preste todos os esclarecimentos à sociedade brasileira, com pleno direito de defesa. Se não houver explicação, ele deve renunciar ao cargo. Se não explicar e também não renunciar, o Senado Federal precisa estar pronto para cumprir seu dever constitucional e abrir o processo de impeachment", declarou o senador, que foi ministro da Agricultura do governo Lula. No primeiro levantamento regional sobre o tema feito pela Gazeta do Povo, ele não se posicionou.

- **Janaína Riva (MDB): a favor**

  "O equilíbrio entre os Poderes é inegociável. O Senado existe para legislar e fiscalizar — e quando qualquer Poder ultrapassa seus limites, cabe ao Legislativo agir", respondeu à Gazeta do Povo.

- **Zé Medeiros (PL): a favor**

  "Tivemos tempo suficiente para apresentar documentos mostrando como o ministro Alexandre de Moraes tem ignorado a lei, como pessoas foram presas sem o devido processo legal e como a Constituição tem sido desrespeitada no Brasil", lembrou em entrevista à coluna Entrelinhas, da Gazeta do Povo.

- **Mauro Mendes (União): a favor**

  Questionado pela imprensa ao anunciar a saída do cargo, Mendes respondeu que terá coragem de se posicionar contra os excessos do STF, se for eleito senador. “Já pode ter me faltado juízo, agora coragem nunca me faltou. Eu já demonstrei na prática isso”, declarou.

- **Margareth Buzetti (PP): a favor**

  Suplente de Fávaro, a candidata Margareth Buzetti disse que se posicionou favoravelmente ao assumir o cargo durante a gestão do senador na pasta da Agricultura durante o governo Lula. "Eu assinei o impeachment do Alexandre Moraes em agosto do ano passado, mas toda vez que o meu titular voltava, a minha assinatura caía”, afirmou.

- **Pedro Taques (PSB): pretende discutir reforma do STF**

  Taques defende reformas institucionais como mandato de 12 anos para ministros do STF, idade mínima de 35 anos e máxima de 60 anos para ingresso na Corte e fortalecimento das decisões colegiadas, reduzindo decisões monocráticas.

Mato Grosso do Sul

- **Capitão Contar (PL): a favor**

  O candidato tem se posicionado a favor da abertura de impeachment nos últimos anos. Ele cobrou Moraes pela derrubada do PL da Dosimetria e acusou o governo de articulação para blindar ministros do Supremo. "Retiraram quem buscava a verdade e colocaram quem está lá para garantir que

nada aconteça. É vergonhoso ver o sistema se blindar dessa forma."

- **Reinaldo Azambuja (PL): a favor**

  O candidato afirmou que o STF assumiu um "protagonismo inusitado", extrapolando o equilíbrio entre os Poderes. "Hoje é evidente que o STF tem ido além. Essa insegurança jurídica afeta diretamente os investimentos e, por consequência, a geração de empregos e o crescimento econômico do país", opinou.

- **Roberto Oshiro (Novo): a favor**

  Candidato do Novo que também segue a diretriz nacional do partido pelo impeachment de ministros do STF nesta eleição.

- Beto do Movimento (PSOL): não foi localizado
- Soraya Thronicke (PSB): contra
- Valter da Comagran (PRD): não foi localizado
- Vander Loubet (PT): não se posicionou

Minas Gerais

- **Carlin Moura (Avante): a favor**

  "Está previsto na Constituição. É uma prerrogativa do Senado Federal. Tem que ser feito se configurar o crime de responsabilidade. Em uma democracia, ninguém, nenhuma autoridade, nenhuma pessoa, nenhum cidadão tem direito à blindagem", disse em entrevista à rádio 98 News, no início de setembro.

- **Carlos Viana (PSD): a favor**

  "É urgente o afastamento de Alexandre de Moraes pelo próprio Supremo Tribunal Federal, para o bem do Judiciário brasileiro. Não estamos falando aqui em atacar o Judiciário. Nada disso. Estamos falando em defender as instituições", declarou Carlos Viana na tribuna do Senado.

- **Domingos Sávio (PL): a favor**

  Sávio tem acusado o STF de cometer excessos e defende a abertura dos processos de impeachment no Senado. "O eleitor está percebendo a importância de termos um Senado independente, capaz de assegurar a nossa democracia porque é justamente o Senado que garante a independência entre os

Poderes, que está sendo maculado por um excesso de intervenções", declarou.

- **Manoel Carvalho (MDB): a favor**

  "Se tiver provas concretas, que um ministro cometeu um crime, por que não votar a favor do impeachment? Vou deixar de votar com medo do ministro? Se for comprovado, eu voto a favor", disse em entrevista recente à TV Horizonte.

- **Marcelo Aro (PP): a favor**

  "Hoje, o Judiciário faz as vezes do Legislativo e do Executivo. Eles investigam, denunciam e julgam de maneira oposta ao que está na Constituição Federal. Aqueles que deveriam ser os guardiões estão rasgando a

Constituição", disse Aro em entrevista ao Estado de Minas.

- **Marco Antônio Costa (Novo): a favor**

  Segundo o candidato, o caminho institucional é o impeachment para depois buscar a responsabilização penal, civil e administrativa. "O problema se espalha para a PGR [Procuradoria-Geral da República] e outros órgãos como a AGU [Advocacia-Geral da União]. Essa sanha persecutória e de censura precisa ser extinta no Brasil e todos os seus agentes punidos, de acordo com o que estabelece a lei", declarou em entrevista à Gazeta do Povo.

- **Aécio Neves (PSDB): pretende discutir reforma do STF**

O candidato tucano defende mandatos de 10 a 12 anos para ministros do Supremo. “Acho que essa é uma sinalização adequada para restabelecer algo essencial, que é a confiança da sociedade no Poder Judiciário, principalmente na sua instância maior”, disse Neves em entrevista à coluna de Igor Gadelha do Metrópoles.

- **Arcanjo Pimenta (MDB): pretende discutir reforma do STF**

  "Alguém precisa colocar um freio de arrumação no Supremo. Precisamos eleger senadores comprometidos com o sistema de freios e contrapesos. Um poder não pode se sobrepor a outros", afirmou o emedebista.

- **Marília Campos (PT): pretende discutir assunto.**

  “Em uma democracia, ninguém está acima da Constituição. As decisões do STF, assim como as dos demais Poderes, precisam respeitar as regras constitucionais e o Estado Democrático de Direito. Se houver uma conduta comprovadamente incompatível com a lei, ela deve ser apurada com rigor e, dentro das regras democráticas, o impeachment precisa ser discutido”, declarou a petista.

- Áurea Carolina (PSOL): "O Senado tem a prerrogativa de abrir impeachment de ministros do STF caso seja comprovada desvios de conduta, irregularidades, e eu defendo esse papel institucional do Senado, seguramente. Mas isso tem que ser feito

diferenciando completamente de qualquer tentativa golpista. O que a gente tem que defender é a transparência e o rigor da Constituição", declarou a candidada do PSOL, em nota encaminhada à Gazeta do Povo.

Pará

- **Delegado Éder Mauro (PL): a favor**

O candidato ao Senado cobrou que a possibilidade de abertura de um processo de impeachment seja levada ao plenário. “Se fosse qualquer outra pessoa de direita, tenho certeza que já tinha uma investigação, perícia, invasão de casas e prisões. Espero que dessa vez ele caia por meio do impeachment. É por isso que sou candidato para corrigir essa vergonha no STF”, criticou.

- **Zequinha Marinho (Podemos): a favor**

O candidato à reeleição Zequinha Marinho assinou o pedido de impeachment contra o ministro do STF Alexandre de Moraes, de autoria da senadora Damares Alves (Republicanos) no início deste mês. Marinho também comemorou a rejeição de Jorge Messias no Senado no ano passado. "Acabamos de mostrar para o Brasil e para todos os Poderes que a composição do Supremo Tribunal Federal é determinada pelo Senado Federal. Estamos juntos na construção de um novo momento", declarou à época.

- Helder Barbalho (MDB): não se posicionou
- Celso Sabino (PDT): não se posicionou
- Chicão Melo (União): não se posicionou
- Lívia Noronha (Solidariedade): não se posicionou

- Conti (PSOL): não foi localizado
- Gizelle Freitas (PSOL): não foi localizado

<u>Paraíba</u>

- **André Gadelha (MDB): a favor**

  "A lista tríplice vai para o Senado, que precisa ouvir e sabatinar [os candidatos]. Se houver excesso por parte de qualquer ministro do Supremo, que extrapole a nossa Constituição, o Senado também tem o dever — e eu terei essa coragem — de votar sim pelo impeachment", disse em entrevista à CBN.

- **Marcelo Queiroga (PL): a favor**

  Queiroga também afirma que, se eleito, irá trabalhar pela mudança no Regimento

Interno do Senado para que a decisão sobre a admissibilidade de pedidos de impeachment de ministros do STF deixe de ser uma "atribuição exclusiva" do presidente da Casa. "Uma matéria de tamanha relevância institucional deve ser submetida ao Plenário, permitindo que os senadores deliberem, de forma transparente e democrática, sobre a instauração do processo, nos termos da Constituição e da legislação aplicável", avaliou.

- **Major Fábio (Novo): a favor**

  O candidato Major Fábio confirmou que deve seguir a recomendação do partido Novo em votar pela abertura de processos de impeachment de ministros do STF. "Esses temas estarão presentes na campanha, mas duas agendas ocuparão o centro do nosso

compromisso com a Paraíba: segurança pública e combate à corrupção", disse em entrevista à Gazeta do Povo.

- Veneziano Vital (MDB): não se posicionou
- João Azevêdo (PSB): não se posicionou
- Nabor Wanderley (Republicanos): não se posicionou

Paraná

- **Alexandre Curi (PSD): a favor**

Curi defendeu o afastamento do ministro e apontou demora na atuação do Senado na aprovação de medidas relacionadas à fiscalização do Supremo. "Todos os Poderes têm uma fiscalização interna. O STF tem um órgão interno de regulação, mas não tem um órgão externo", disse.

- **Cristina Graeml (PSD): a favor**

  Graeml afirma que o debate sobre a necessidade de aprovação do processo de impeachment de ministros do STF será uma prioridade durante a sua campanha. “Também vamos continuar defendendo a anistia a todos os presos e exilados políticos, caso isso não seja votado ainda este ano”, acrescentou.

- **Deltan Dallagnol (Novo): a favor**

  Embaixador do Novo, Deltan Dallagnol, confirmou que o partido publicou uma resolução exigindo que todos os pré-candidatos ao Senado se comprometam com a abertura de processos de impeachment dos ministros do Supremo. Ele ainda critica a

omissão da presidência do Senado e dos senadores no Congresso Nacional. “O Brasil não precisa de mais parlamentares covardes”, disse.

- **Filipe Barros (PL): a favor**

  Barros defendeu o impeachment do ministro Alexandre de Moraes e relacionou a posição a investigações das quais afirmou ter sido alvo. “Alexandre de Moraes, pela ordem de prioridade, seria o primeiro a sofrer o processo. Desde o início do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, há oito anos, ele faz abuso de poder.”

- **Karen Guerreiro (Missão): a favor**

  A candidata do Missão disse ser favorável ao impeachment de ministros do STF. "Nós

nunca tivemos um STF que perpassou outros poderes. Sempre foi um STF muito ligado ao trabalho judiciário. Então, o senador deve votar o impeachment de um ministro? Se ele tiver uma ligação ilícita, sim, ele tem que sofrer impedimento", afirmou.

- Dr. Rosinha (PT): contra
- Gleisi Hoffmann (PT): contra

Pernambuco

- **Carlos Sant'anna (Novo): a favor**

  "Os senadores de Pernambuco não criticam a atuação dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Isso só vai acontecer na hora que o Senado conseguir exercer o seu papel de equilíbrio dos Poderes e tocar em frente o

julgamento dos processos de impeachment", declarou.

- **Mendonça Filho (PL): a favor**

  "Eu não vou arregar para nenhum ministro do Supremo. Vou cumprir a minha missão. E se tiver, como eu tenho certeza que tem, a necessidade de colocar para fora algum ministro do Supremo, a gente coloca. Eles estão acima do povo? Eles estão acima da Constituição? Não. Eles têm que respeitar o povo brasileiro. É isso que eu defendo", declarou o candidato do PL durante as manifestações do 7 de setembro.

- Eduardo da Fonte (PP): não se posicionou
- Marília Arraes (PDT): contra

- Humberto Costa (PT): contra
- Túlio Gadelha (PSD): não se posicionou
- Paulo Rubem Santiago (Rede): não foi localizado

Piauí

- **Antônio Barros (Novo): a favor**

  O candidato do Novo Antônio Barros declarou que existem motivos para a abertura de processos de impeachment de ministros do STF. Em entrevista ao portal OitoMeia, ele disse que é necessário assegurar o direito de defesa aos magistrados. “Acho grave [as denúncias]. No mínimo, são infrações éticas graves que já vêm acontecendo”, opinou.

- **Antônio José Lira (Avante): a favor**

O candidato Antônio José Lira também já se posicionou favoravelmente ao impeachment de ministros do STF no Senado. Em entrevista ao portal GP1, ele ainda defendeu a limitação do mandato dos ministros da Suprema Corte. “Nós temos um Senado agachado, um Senado que escolhe os ministros do STF. [...] Temos que ter 11 ministros e não 11 reis e rainhas”, afirmou.

- **Tiago Junqueira (PL): a favor**

  "É mais um escândalo do ministro Alexandre de Moraes, que vem rasgando a Constituição, não só hoje com o Banco Master, mas com toda a perseguição política contra o ex-presidente Jair Bolsonaro", declarou o candidato do PL em entrevista à Band.

- Ciro Nogueira (PP): contra
- Jorge Lopes (PSDB): neutro
- Alexandre Mariano (Avante): não se posicionou
- Marcelo Castro (MDB): não se posicionou
- Francinaldo Leão (PSOL): não foi localizado
- Júlio César (PSD): não foi localizado
- Maria Madalena Nunes (PSOL): não foi localizado
- Pastor Sena (Avante): não foi localizado

Rio de Janeiro

- **Carlos Jordy (PL): a favor**

  "O candidato que não se posiciona com firmeza sobre a necessidade de conter os abusos e responsabilizar a corrupção do Supremo não fará nada se chegar ao Senado", afirmou o deputado federal, que é candidato

ao Senado, e teve atuação parlamentar pró-impeachment de ministros do STF.

- **Carlos Portinho (PL): a favor**

  "O Davi Alcolumbre será cobrado novamente para que a abertura avance após 42 assinaturas e não permaneça travada na Presidência. No Senado, esse é o único tema. E defendo a obstrução dos trabalhos até que o impeachment do ministro Moraes avance", disse o senador do PL sobre mais um pedido protocolado na Casa Alta contra o magistrado.

- **Hélio Secco (Missão): a favor**

"O próximo Senado Federal precisa enfrentar e enquadrar de vez o autoritarismo e a corrupção da alta casta judiciária. Para isso não podemos eleger senadores com 'rabo-preso'", declarou o candidato do Missão pelas redes sociais.

- **Marcos Dias (Podemos): pretende discutir a reforma do STF**

  O candidato manifestou apoio ao ministro André Mendonça após o levantamento do sigilo das mensagens entre Moraes e Daniel Vorcaro. Além disso, ele defende reformas no STF. "Defendo mandato de oito anos para ministros do Supremo e mudanças no processo de escolha, com critérios mais claros, valorização do mérito e responsabilidade institucional."

- Marcelo Crivella (Republicanos): neutro
- Waguinho (Republicanos): neutro
- Benedita da Silva (PT): não se posicionou
- Mônica Benicio (PSOL): não se posicionou
- Pedro Paulo (PSD): não se posicionou

Rio Grande do Norte

- **Coronel Hélio (PL): a favor**

  Em resposta à Gazeta do Povo, ele declarou que está “preparado para enfrentar temáticas complexas como a reforma do Judiciário e também os processos de abertura de impeachment de ministros do STF, que extrapolam suas competências".

- **Styvenson Valentim (Podemos): a favor**

  O senador Styvenson Valentim voltou a se posicionar sobre o impeachment de

ministros no ano passado, ao resgatar um pronunciamento no Congresso Nacional em defesa da “CPI da Lava Toga” em 2019. “Qual seria o limite então do STF se não for essa Casa [Senado Federal]? O que nós estamos esperando para colocar limites que eles [ministros] ainda não têm?”, questionou o senador à época.

- Dra. Zenaide Maia (PSD): não se posicionou
- Rafael Motta (PDT): não foi localizado
- Samanda de Lula (PT): não foi localizado
- Sandro Pimentel (PSOL): não foi localizado
- Sonia Godeiro (PSOL): não foi localizado
- Tércio Tinôco (União): não foi localizado

<u>Rio Grande do Sul</u>

- **Frederico Antunes (PSD): a favor**

"Todo mundo que sai das linhas que não podem ser ultrapassadas têm de ser punido. O Rio Grande do Sul precisa de senador que faça isso e eu farei", disse o candidato Frederico Antunes durante debate do g1 durante a pré-campanha.

- **Germano Rigotto (MDB): a favor**

  “Além de votar pelo impeachment dos ministros envolvidos, vou trabalhar para que Alcolumbre não permaneça na presidência do Senado. Ele busca proteger a si e ao seu grupo político, pois tem envolvimento direto em problemas que apareceriam nas investigações”, disse Rigotto.

- **Marcel van Hattem (Novo): a favor**

Marcel van Hattem confirmou que o impeachment de ministros e os limites para atuação do STF terão espaço central na sua agenda de campanha no Rio Grande do Sul. Além disso, ele afirmou que o candidato eleito que não seguir a diretriz do partido pode ser expulso da sigla. “No Novo só concorre ao Senado quem se comprometer a votar a favor do impeachment de ministro do STF, quando eleito.”

- **Milton Cardoso (PSDB): a favor**

  "São 54 novos senadores que nós precisamos eleger para resgatar o papel do Senado e entrar no processo de cassação, de impeachment. O Brasil não consegue mais conviver se não fizer essa limpeza no STF e resgatar o papel do Senado", declarou o candidato tucano durante debate no g1.

- **Renato Jaguarão (Cidadania): a favor**

  "Mulher de ministro ter um escritório de advocacia e receber milhões e milhões de reais para defender uma empresa, um banco? O Senado foi omisso porque existe um corporativismo na política. Em outros países esses ministros estavam na cadeia. Temos que moralizar", defendeu Jaguarão no debate realizado pelo g1, ainda na pré-campanha.

- **Ubiratan Sanderson (PL): a favor**

  "O Senado Federal, que é um órgão de controle como se fosse a Controladoria do STF, e a própria PGR [Procuradoria-Geral da República], não estão servindo para aquilo que foram criados. Estamos vivendo uma

crise sem precedentes nas nossas instituições, que não desempenham seus papéis. E fica por isso mesmo", disse o deputado federal Sanderson durante o podcast Diário do Poder.

- Manuela D'Avila (PSOL): contra
- Paulo Pimenta (PT): contra

Rondônia

- **Bruno Scheid (PL): a favor**

  "Sou favorável ao impeachment de ministros do Supremo que cometem crimes comprovados contra a nação. Isso não é ataque à Corte ou à democracia. É competência do Senado, escrita na Constituição, no artigo 52. [...] Quem devia

julgar o banqueiro estava fechando negócio com o banqueiro", declarou Scheid.

- **Fernando Máximo (PL): a favor**

  O deputado federal do PL saiu em defesa de André Mendonça e disse que o ministro do STF estava "passando a limpo o Brasil" a levantar o sigilo do processo envolvendo Moraes e Vorcaro. "Nós temos material para entender o que realmente está acontecendo por trás das cortinas no nosso país", disse o candidato ao Senado, que assinou pedidos de investigações contra Moraes durante o mandato no Congresso.

- **Mariana Carvalho (Republicanos): a favor**

  "O Senado é muito maior do que apenas uma pauta, mas, se essa pauta do STF vier, eu sou

completamente a favor do impeachment de alguns ministros que têm realmente passado da legislação e tentado ocupar outras cadeiras", afirmou a candidata em entrevista ao podcast Resenha Política.

- **Silvia Cristina (PP): a favor**

  "Se um ministro do STF abusa do poder e comete atos que justificam seu afastamento, sou favorável ao impeachment. O Senado tem essa responsabilidade e não pode se omitir. Se estiverem presentes os requisitos previstos na Constituição e na lei, o processo precisa ser analisado e levado adiante", afirmou Cristina.

- **Luís Fernando (PSD): a favor**

O candidato Luís Fernando disse que é a favor do impeachment dos ministros desde que haja “indícios fortíssimos” de irregularidades na conduta dos magistrados. “Quem ajudou esse esquema [do Banco Master] a se viabilizar tem que ser punido. Isso tem que ser apurado, observando o devido processo legal, com independência e autonomia. E o Congresso tem esse papel”, afirmou o candidato ao Senado pelo PSD ao podcast RD Entrevista.

- **Engenheiro Thúlio (Missão): a favor**

"No que depender de mim, os ministros Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes devem preparar as suas almas porque os corpos deles vão pertencer ao sistema prisional brasileiro", disse o candidato do Missão nas redes sociais.

- **Neidinha Suruí (PSB): pretende discutir o tema**

  Segundo a assessoria de imprensa da candidata Neidinha Suruí, ela defende que qualquer processo de impeachment de ministro do STF deve observar rigorosamente o devido processo legal e o legítimo direito à defesa. “Ninguém está acima da lei, mas também ninguém pode ser privado das garantias previstas no Estado Democrático de Direito”, declarou Suruí.

- **Luciana Oliveira (PT): pretende discutir o tema**

  A candidata petista Luciana Oliveira afirmou que a legalidade do pedido vai determinar o voto contra ou a favor do impeachment de

ministros do STF, caso ela seja eleita. “Jamais endossarei caça a ministros por mera politicagem. O Supremo não pode ser encurralado por torcida ideológica. [...] A democracia só funciona com os freios que regulam a marcha entre os Poderes. Os limites de cada Poder estão devidamente estabelecidos na Constituição e nenhum deve ultrapassar suas linhas de atuação”, analisou.

- Acir Gurgacz (PDT): não se posicionou
- Aires Mota (PV): não foi localizado

Roraima

- **Chico Rodrigues (PSB): a favor**

  "Ao ler todas essas denúncias, às claras na imprensa, tive a coragem cívica de assinar esse último processo pelo impeachment do

ministro Alexandre de Moraes. Com muita responsabilidade, assinamos porque há um clamor da opinião pública nacional", disse o senador, que mudou de posição. Anteriormente, ele havia se manifestado a favor da revisão do tempo de mandato dos magistrados na Suprema Corte.

- **Hélio Lopes (PL): a favor**

  De acordo com a assessoria, o candidato ao Senado considera Moraes "um violador da Constituição, tratando-a de forma desrespeitosa e não cumprindo o que ela preconiza: a autonomia entre os Poderes". "Espero ainda que os demais senadores tenham a mesma disposição para se posicionar diante de possíveis violações constitucionais", cobrou Lopes.

- **Nicoletti (PL): a favor**

  O deputado federal e candidato ao Senado pelo PL Nicoletti disse que assinou o pedido de impeachment contra Moraes após o levantamento do sigilo determinado pelo ministro André Mendonça nas investigações sobre o escândalo do caso Master. "O Senado Federal tem a prerrogativa de julgar e decidir sobre o impeachment de ministros do STF. Por isso, Roraima precisa de um senador que tenha coragem para enfrentar os abusos da ditadura de toga", afirmou.

- **Pastor Isamar (União): a favor**

  O candidato Pastor Isamar afirmou que os Poderes vivem um desequilíbrio institucional e defendeu o impeachment de ministros da Suprema Corte. Apoiador do ex-presidente

Jair Bolsonaro, Isamar criticou Alexandre de Moraes pelas relações com Vorcaro e cobrou a saída do ministro do STF. “Casos assim mostram por que Roraima precisa de representantes que cobrem transparência em qualquer esfera de poder, não só no discurso, mas na prática.”

- **Teresa Surita (MDB): a favor**

  Em entrevista à TV Amazônica, afiliada da Rede Globo, Surita disse que o Supremo “ultrapassou todos os limites” e propôs uma reforma na Corte com estabelecimento de idade mínima para as indicações e fim do mandato vitalício. “O STF precisa ter códigos claros. Ninguém está acima da lei. [...] Teve problemas, vamos fazer o impeachment. É simples assim”, respondeu.

- Hilton Xavier (Avante): neutro
- Helena Lima (PSD): não se posicionou
- Bartô Macuxi (PSOL): não foi localizado
- Mário Rocha (PSOL): não foi localizado

Santa Catarina

- **Carlos Bolsonaro (PL): a favor**

  Carlos Bolsonaro tem um longo histórico de confronto com ministros do STF. Ele acompanhou o ex-presidente Bolsonaro nas duras críticas feitas ao Supremo durante o mandato presidencial, principalmente contra o ministro Alexandre de Moraes. No início deste ano, ele intensificou críticas à Corte por causa do estado de saúde do pai, que cumpria a pena por tentativa de golpe de Estado na

Papudinha, em Brasília, antes do benefício temporário de prisão domiciliar.

- **Caroline De Toni (PL): a favor**

  No primeiro trimestre deste ano, Caroline De Toni protocolou um convite ao ministro Alexandre de Moraes para prestar esclarecimentos na Câmara dos Deputados sobre a relação dele com o empresário Daniel Vorcaro no caso do Banco Master. “O Parlamento não pode ignorar fatos que estão sendo amplamente discutidos no país. Quando surgem questionamentos relevantes envolvendo autoridades da mais alta Corte do país, é legítimo que o Congresso utilize seus instrumentos constitucionais para ouvir e esclarecer os fatos diante da sociedade”, afirmou.

- **Esperidião Amin (PP): a favor**

  “Sete anos de tirania, de inquisição, de intimidação, de blindagem, especialmente de integrantes do Supremo Tribunal Federal. Isso é um deboche contra o Estado democrático de direito. Esses sete anos são sete anos de vergonha, sete anos de despotismo. Só o impeachment de um ministro vai poder segurar isso, já que a autocontenção não funcionou”, declarou Amin.

- **Jeferson Rocha (PRD): a favor**

"Ou o Supremo Tribunal Federal afasta liminarmente o ministro Alexandre de Moraes do cargo para o qual foi investido ou a população toda deve pressionar, ir às ruas, de

forma, obviamente, ordeira e pacífica, mas exigir que o Senado aprove a abertura do processo de impeachment", disse Rocha em entrevista ao programa SC no Ar, do Grupo ND.

- **Lunelli (MDB): a favor**

  Em entrevista ao jornal Razão, o candidato do MDB defendeu a abertura de processo de impeachment contra ministros do STF. “Hoje nós estamos vivendo uma ditadura da toga. [...] A professora está na cadeia, o bandido está fora.”

- **Túlio de Amorim (Missão): a favor**

"Eu garanto que não vou atuar para acabar com nenhuma 'Lava Toga'. Pelo contrário, eu vou fazer de tudo para cassar esses caras. Eles já extrapolaram tudo o que havia, adiaram o julgamento por até três meses, e vão levar até o limite depois das eleições", comentou o candidato do Missão sobre o pedido de vista no julgamento do processo envolvendo Moraes e Vorcaro, durante entrevista à Jovem Pan.

- Décio Lima (PT): não se posicionou
- Afrânio Boppré (PSOL): contra

<u>São Paulo</u>

- **André do Prado (PL): a favor**

"Hoje sou favorável à abertura do processo de impeachment contra o Moraes. Temos que abrir essa discussão diante das acusações colocadas. É preciso que tudo seja apurado", afirmou Prado em entrevista recente ao Diário do Grande ABC.

- **Geraldo Rufino (Podemos): a favor**

  "Como qualquer servidor, o ministro do STF precisa prestar contas e cabe ao Senado ser o guardião da República, o que não está sendo feito. Se eu estou lá, votaria a favor do afastamento de qualquer servidor que fugisse das suas obrigações", disse Rufino à Gazeta do Povo na série de entrevistas com os candidatos ao Senado paulista.

- **Guilherme Derrite (PP): a favor**

  Derrite afirmou que o Senado Federal tem a obrigação de colocar um freio no STF e criticou o corporativismo da Corte na tentativa de proteger o ministro Alexandre de Moraes. O candidato também fez críticas ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre, pela blindagem dos ministros do Supremo na Casa Alta. “Lamentavelmente, nós temos o Alcolumbre sentado em cima de 109 pedidos de impeachment”, disse o deputado e candidato ao Senado.

- **Guto Schiavetto (Missão): a favor**

  "Pela independência da nossa candidatura e por não termos nenhum processo no STF, podemos assumir claramente que somos

favoráveis ao impeachment de Dias Toffoli e Alexandre de Moraes", afirmou o candidato do Missão.

- **Ricardo Salles (Novo): a favor**

  O candidato do Novo confirmou à Gazeta do Povo que o impeachment de ministros do STF é uma das prioridades da campanha eleitoral. “Precisamos restabelecer o equilíbrio entre os Poderes e evitar a invasão de competências sobre o Legislativo e o Executivo. Além disso, o reequilíbrio federativo: os estados que mais mandam dinheiro para a União precisam receber de volta em verbas e investimentos”, disse Salles.

- **Soninha Francine (Cidadania): a favor**

A candidata afirmou que a atuação do STF "ultrapassou os limites de suas prerrogativas" e defendeu a abertura de processos de impeachment contra ministros da Corte. Na avaliação dela, uma sequência de episódios envolvendo integrantes do tribunal exige reação do Congresso. “Já foi longe demais tudo o que acontece no Supremo, há meses assistimos a atitudes que não são condizentes com ministros do STF", disse Francine.

- Marina Silva (Rede): não se posicionou
- Simone Tebet (PSB): contra

Sergipe

- **Alessandro Vieira (MDB): a favor**

  "O ministro Alexandre de Moraes é um cadáver jurídico, um cadáver político. Ele se

inviabilizou pela sua conduta. Um ministro do Supremo não pode se prestar à condição de assessor de banqueiro, mesmo que seja um banqueiro honesto. Mas o ministro Alexandre tinha plena consciência de que assessorava um banqueiro desonesto", afirmou o senador.

- **Rodrigo Valadares (PL): a favor**

  Valadares disse que o impeachment de ministros do STF é um "tema central" da campanha. "Sou advogado e não sou contra o STF. Pelo contrário: quero que o Supremo volte a ser respeitado. Defender o STF não significa passar pano para ministro que ultrapassa os limites da Constituição", afirmou Valadares em entrevista à Gazeta do Povo.

- **Coronel Rocha (PL): a favor**

  Coronel Rocha disse que dará prioridade ao debate sobre as relações com o Supremo e ainda deve defender a redução da maioridade penal nas eleições deste ano. “O impeachment de ministros, o equilíbrio entre os Poderes e os limites de atuação do Judiciário terão destaque na minha campanha ao Senado.”

- **Delegado André David (Republicanos): a favor**

O candidato afirmou que o Senado tem responsabilidade enorme na relação com o STF por causa da prerrogativa de processar e julgar os ministros da Corte. "Quem chega ao Senado não pode ter medo ou dependência. Precisa ter independência para cumprir a Constituição,

fiscalizar, votar e enfrentar qualquer abuso dentro da lei."

- Rogério Carvalho (PT): contra
- André Moura (União): não se posicionou
- Iran Barbosa (PSOL): não se posicionou
- Eduardo Amorim (Republicanos): não se posicionou
- Edvaldo Nogueira (PDT): não se posicionou

Tocantins

- **Coronel Nilton Santos (Novo): a favor**

  "Sou favorável ao andamento regular dos processos de impeachment de ministros do STF sempre que houver descumprimento das normas vigentes e da Lei de Crimes de Responsabilidade. O Senado tem o dever constitucional de fiscalizar e não pode se

omitir diante de eventuais abusos ou afrontas à legislação", declarou o candidato ao Senado pelo Novo.

- **Eduardo Gomes (PL): a favor**

Ao reafirmar que havia assinado um novo pedido de impeachment de Moraes, o senador Eduardo Gomes afirmou que acompanhará de perto todo o processo. "Nosso posicionamento é firme e permanece coerente com o que defendemos nas discussões sobre a anistia e a dosimetria. O Brasil precisa de instituições fortes, íntegras e que estejam à altura da confiança da população", afirmou.

- **Eli Borges (Republicanos): a favor**

Deputado federal, o pastor Eli Borges tem convocado manifestações contra o ministro

Alexandre de Moraes durante a campanha no Tocantins. "O André Mendonça provocou, teve coragem e ousadia para se posicionar em função das fartas denúncias sobre o Banco Master e o envolvimento do Moraes", disse o parlamentar nas redes sociais.

- Alexandre Guimarães (MDB): não se posicionou
- Carlos Gaguim (União): não se posicionou
- Vanderlei Luxemburgo (Podemos): não se posicionou
- Fábio Ribeiro (Rede): não foi localizado
- Paulo Mourão (PT): não foi localizado
- Professor Osvaldo (PSOL): não foi localizado
- Ronaldo Dimas (Podemos): não foi localizado



Voltar ao índice

GAZETA DO POVO



Mensagens e áudio aproximam o presidente do banqueiro Daniel Vorcaro. (Foto: Ricardo Stuckert / PR)

Fechando o cerco

“Ligações perigosas” de Lula agora incluem ex-advogado de Vorcaro

*Por **Rose Amantéa***

As conexões do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com personagens que aparecem nas

investigações dos casos do INSS e do Banco Master se multiplicaram na reta final do primeiro turno da eleição. Lula está, desde o início da campanha, sob o impacto de investigações que envolvem seu filho Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha. Também estão envolvidos a empresária Roberta Luchsinger e aliados como o ex-chefe da Casa Civil Rui Costa (PT-BA), os senadores Jaques Wagner (PT-BA) e Otto Alencar (PSD-BA), além de Marco Aurélio Santana Ribeiro, o Marcola, ex-chefe de gabinete de Lula.

Agora, um novo episódio aproxima o presidente diretamente do ex-banqueiro Daniel Vorcaro. Mensagens e um áudio de Walfrido Warde, ex-advogado de Vorcaro, obtidos pela Polícia Federal (PF) e divulgados nesta quarta-feira (23), relatam articulações para aproximar o ex-banqueiro de Lula, mencionando uma suposta

oferta de garrafa de uísque ao presidente. Warde afirma, em gravação, ter recebido uma mensagem de Marcola, então chefe de gabinete de Lula, cobrando um e-mail de Vorcaro com os assuntos que gostaria de tratar com o presidente.

Em outra mensagem, de janeiro de 2025, Warde relata a Vorcaro que havia estado com Lula e que o presidente teria perguntado se ele estava bem, teria agradecido “mais uma vez” pelo uísque e mandado um abraço. O Planalto nega que Lula tenha recebido o presente ou tenha conhecimento da articulação relatada por Warde e afirma que o presidente só se encontrou uma vez com Vorcaro, em 4 de dezembro de 2024.

Nesta quarta-feira (23), o candidato à Presidência da República Flávio Bolsonaro (PL-RJ) apresentou

ao ministro André Mendonça uma notícia-crime contra Lula, pedindo a abertura de investigação para apurar se o presidente atuou em favor dos interesses de Vorcaro. O pedido tem como base as mensagens de Warde. Os advogados de Flávio pedem que o caso seja encaminhado à Procuradoria-Geral da República (PGR) para apuração de suspeitas de corrupção passiva e advocacia administrativa.

Por sua vez, Flávio também é alvo de apuração ligada a Vorcaro. Ele é investigado por suspeitas de lavagem de dinheiro, evasão de divisas, corrupção e “outros delitos correlatos” em relação ao financiamento do filme “Dark Horse", sobre a vida de seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro. O senador nega irregularidades.

Analistas atestam "mau momento" de Lula

O episódio acrescentou um novo elemento ao conjunto de revelações que, nas últimas semanas, tem aumentado a pressão sobre a campanha e o entorno presidencial. Luiz Felipe Pondé, filósofo e professor, acredita que Lula tem tentado “com experiência e jogo de cintura, desviar das ameaças que chegam mais perto dele”. Avalia, porém, que a sucessão de denúncias coloca o presidente em um momento mais delicado da campanha: “O Lula está talvez no momento mais baixo da energia dele para ganhar a eleição”, diz. “Eu acho que isso [as denúncias e o entorno voltando] pode piorar a situação dele.”

Para o cientista político Adriano Cerqueira, professor do Ibmec e da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), o episódio difere das outras

revelações. “Pela primeira vez você já tem uma evidência aproximando Vorcaro de Lula com até mesmo um presente na forma de um uísque, item que está ficando muito simbólico nessa relação promíscua”, diz. “Isso não pega bem para a imagem do Lula, é uma citação direta ao presidente.”

Lulinha e Roberta voltam ao foco

Paralelamente, desdobramentos das investigações sobre o INSS voltaram a colocar Lulinha e Roberta Luchsinger no centro do noticiário, depois de perderem espaço em meio à crise do Supremo Tribunal Federal (STF). Na segunda-feira (21), mensagens apreendidas pela PF revelaram que Roberta dizia viajar em voos da Força Aérea Brasileira (FAB) com Lulinha e relatava acesso ao Palácio do Planalto.

Em uma mensagem de novembro de 2023, ela afirmou que viajaria pela FAB “com o filho do presidente”, e, em outras mensagens, se referiu a Lulinha como “sócio”. Lula já havia negado conhecer a empresária e, em agosto, fotos dos dois juntos foram divulgadas nas redes sociais.

Novas informações atribuídas à investigação da PF ampliaram o caso nesta quarta-feira (23). Mensagens de junho de 2023 mostram Roberta orientando seu motorista a fazer pagamentos que somavam R$ 60 mil a contas de Ranniêr Costa Ciríaco, secretário-executivo adjunto do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, e de José Martinho Ferreira de Araújo, coordenador do cerimonial da pasta, além de uma parente deste último.

Segundo a investigação, o ministério fechou, seis meses depois da troca de mensagens, um contrato com um empresário de tecnologia representado por Roberta. A PF também encontrou mensagens sobre outros pagamentos feitos com dinheiro vivo que a empresária mantinha em malas.

As revelações se somam às apurações que já haviam levado a PF a apontar uma “comunhão de interesses econômicos” entre Lulinha e Roberta e a investigar uma possível atuação conjunta dos dois em negócios envolvendo canabidiol e contratos com o governo federal. Em agosto, a PF havia identificado ainda R$ 217 mil em despesas pagas por Roberta para Marcola. Ele afirmou que se tratava de um empréstimo pessoal já quitado.

A investigação também apura a relação entre Lulinha, Roberta e o empresário Antonio Carlos Camilo Antunes, o “Careca do INSS”, e menciona suspeita de uma “sociedade oculta” em negócios. Lulinha nega relação com irregularidades ou desvios de dinheiro público.

Conexões políticas do Banco Master

Enquanto isso, as investigações do Master avançaram sobre aliados históricos de Lula, como o senador Jaques Wagner (PT-BA), e parlamentares próximos ao governo, como o senador Otto Alencar (PSD-BA). A PF identificou 74 ligações entre Wagner e Augusto Lima, ex-sócio de Vorcaro, entre novembro de 2023 e maio de 2025, que somaram cerca de cinco horas e meia de conversas. Os relatórios da investigação

também apontam outros contatos e tratativas políticas envolvendo o senador.

Conforme a Gazeta do Povo revelou, a aproximação de Augusto Lima com o grupo político baiano foi precursora de operações do Master. O caso remonta à privatização da Empresa Baiana de Alimentos (Ebal), em 2018, durante a gestão de Rui Costa. Lima arrematou a estatal e, a partir da operação, estruturou o Credcesta, cartão de crédito consignado para servidores públicos. Em 2019, levou o Credcesta ao então Banco Voiter, em uma parceria que aproximou o empresário de Daniel Vorcaro; em 2020, Lima tornou-se sócio do Master.

No caso do senador Otto Alencar, mensagens de Vorcaro o descrevem como “conselheiro” e

“comandante”, enquanto o advogado Ciro Soares intermediava contatos entre os dois.

Mais recentemente, mensagens também indicaram que Vorcaro pretendia mobilizar aliados para apoiar a permanência de Otto Lobo na presidência da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), numa articulação que envolvia contatos com Otto Alencar e Jaques Wagner. Otto Alencar e Wagner negam ter interferido em favor de Lobo, enquanto o próprio presidente da CVM nega ter pedido ajuda a Vorcaro.

Lula se defende. E o eleitor?

Além de negar envolvimento direto nos fatos investigados, Lula tem adotado um discurso de defesa das investigações, inclusive quando atingem seu filho e aliados. Foi o mesmo discurso

utilizado, a princípio, por Lula ao se referir a Alexandre de Moraes, após o vazamento de mensagens comprometedoras de Vorcaro ao magistrado que agravaram a crise da Corte e afetaram a campanha petista.

Logo depois, porém, passou a criticar diretamente a atuação de André Mendonça, relator do caso no STF, quando o ministro determinou a divulgação de mensagens e outros documentos relacionados a Vorcaro. Lula acusou Mendonça de fazer política divulgando informações seletivas que beneficiavam o candidato da oposição Flávio Bolsonaro.

Os argumentos de Lula, no entanto, segundo analistas ouvidos pela reportagem, tendem a reforçar as convicções do eleitorado polarizado: convencem o público fiel ao presidente e são

desacreditados pela base do candidato de oposição, Flávio Bolsonaro. O ponto central para a avaliação política dos episódios é como eles repercutem entre o eleitor de centro e independente, distribuído entre outros candidatos e os indecisos.

Cerqueira avalia que a estratégia é limitada entre esses eleitores. “Ele não ganha voto com isso", diz. "O esforço dele [Lula] aqui é não perder voto.” Para o cientista político, as novas denúncias podem favorecer uma antecipação do segundo turno. A perda de espaço das candidaturas de terceira via abre caminho para que parte desses eleitores antecipe uma escolha entre os dois nomes mais competitivos. “Isso aí tem um efeito de reforçar aqueles que já decidiram votar no Flávio de ficarem nessa decisão e dar também um impulso final àqueles que ainda estão meio

indecisos. Pode ter um efeito de acelerar o chamado voto útil pro Flávio.”

Pondé, por sua vez, acredita que o peso eleitoral das denúncias dependerá, sobretudo, do que estiver em evidência no dia da votação. “O eleitor, em dúvida, que desempata, fica meio sem escolha porque o universo está saturado de corrupção", afirma. "Mas o que estiver bombando, estiver aparecendo para ele, o último escândalo que sacarem da manga e estiver endereçado a um deles pode acabar determinando o voto na eleição.”



Voltar ao índice

GAZETA DO POVO



Mensagens revelam como Walfrido Warde ofereceu uma estratégia para tentar livrar Alexandre de Moraes das sanções da Lei Magnitsky. (Foto: Ton Molina/STF)

Magnitsky

Quem é Walfrido Warde, que fez proposta para livrar Moraes

Por **Marlice Pinto Vilela**

Conhecido pela atuação bastante combativa nos tribunais, pelo apoio público a Guilherme Boulos

e pela atuação na ação que levou o STF a restringir as emendas pix, o advogado Walfrido Warde novamente teve seu nome projetado nacionalmente após a divulgação de mensagens nas quais apresenta uma "estratégia matadora" para tentar livrar o ministro do STF Alexandre de Moraes das sanções impostas pelos Estados Unidos com base na Lei Magnitsky. Segundo a colunista Malu Gaspar, de O Globo, conversas extraídas do celular do ex-banqueiro Daniel Vorcaro mostram que Warde, então advogado de Vorcaro, ofereceu “ajuda filantrópica” para buscar a reversão das medidas adotadas contra Moraes em agosto de 2025. "Quero nada em troca. Só ajudar mesmo", escreveu o advogado ao cliente.

A proposta envolvia acionar a Corte Interamericana de Direitos Humanos contra o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump,

sob o argumento de que a aplicação da Lei Magnitsky ao ministro brasileiro violaria direitos fundamentais. A estratégia também previa reunir um grupo de dez juristas para endossar essa tese e dar sustentação jurídica à iniciativa.

Entre banqueiros, ministros e parlamentares

Formado em Direito pela USP, com LL.M. pela Universidade de Nova York e doutorado em Direito Comercial também pela USP, Warde ganhou notoriedade ao atuar na defesa de Lúcio Funaro, operador financeiro que se tornou um dos principais delatores da Lava Jato. Ao longo da carreira, também representou grandes grupos empresariais, como a J&F, holding dos irmãos Joesley e Wesley Batista, e o Bradesco em disputas relacionadas ao caso Americanas.

O ganha-pão de Warde vem da advocacia para banqueiros e grandes empresas, mas o advogado também cultiva uma faceta de formulador político ao defender o lobby e sonhar com um Brasil "que distribui renda". Em 2016, ele fundou o Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa (IREE), organização dedicada ao debate de políticas públicas, democracia e das relações entre os setores público e privado.

Mais do que um centro de debates, o IREE transformou-se em um espaço de circulação da elite do poder. Em seus seminários e encontros, ministros do STF e de tribunais superiores compartilham mesas, palestras e eventos sociais com advogados, empresários e executivos de companhias que, não raro, possuem interesses pendentes no Judiciário. O modelo é alvo de

questionamentos por reduzir a distância tradicional entre julgadores e agentes privados.

A projeção de Warde em Brasília ganhou mais um capítulo em 2024, quando ele atuou pelo PSOL na ADI 7697, ação que questionava a constitucionalidade das emendas parlamentares impositivas e das chamadas emendas Pix. Na petição, o partido sustentava que o Congresso havia promovido uma espécie de "captura do orçamento público", retirando do Executivo parte de sua capacidade de planejar e executar políticas públicas. Relator do caso, o ministro Flávio Dino suspendeu a execução das emendas até que fossem estabelecidas regras mais rígidas de transparência e rastreabilidade. A decisão desencadeou uma das maiores crises recentes entre STF e Congresso e acabou levando a uma negociação entre os Três Poderes para destravar

a execução dos recursos. Nos bastidores de Brasília, o episódio foi visto como uma demonstração da influência alcançada por Warde, cuja atuação deixou de se limitar aos tribunais e passou a produzir efeitos diretos sobre o funcionamento do sistema político. Apesar de ter construído a carreira defendendo banqueiros e grandes empresas, Warde não cultiva o perfil discreto associado à advocacia corporativa. Crítico da Operação Lava Jato, defensor da regulamentação do lobby e um dos apoiadores mais visíveis de Guilherme Boulos na tentativa de eleição para a Prefeitura de São Paulo, o advogado faz questão de participar ativamente do debate público.

Em entrevistas, já afirmou sonhar com um Brasil capaz de promover a redistribuição de renda e defende um papel mais ativo do Estado no

desenvolvimento econômico. Essa faceta ideológica também se manifesta no Reconversa, videocast apoiado pelo IREE e apresentado por Warde ao lado do jornalista Reinaldo Azevedo. O programa se tornou uma vitrine para autoridades e lideranças políticas da esquerda. Entre os convidados já entrevistados estão o vice-presidente Geraldo Alckmin, o prefeito do Recife, João Campos, a ministra Macaé Evaristo e o escritor Fernando Morais, biógrafo de Lula. A combinação entre advocacia empresarial, influência em Brasília e engajamento em causas da esquerda transformou Warde em uma figura incomum no cenário jurídico brasileiro.



Voltar ao índice

GAZETA DO POVO



Teses selecionadas pela Capes, ligada ao Ministério da Educação, são marcadas por ideologia, jargões acadêmicos e, em alguns casos, comédia involuntária (Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil)

"Oscar da ciência"

As 10 teses mais inusitadas premiadas pela Capes em 2026

Por **Omar Godoy**

Para quem vê de fora, o Prêmio Capes de Tese é apresentado como o "Oscar da ciência nacional"

— a consagração que o Ministério da Educação dá aos melhores trabalhos de doutorado das universidades brasileiras. A comparação é pomposa, mas as pesquisas escolhidas nos últimos anos têm sido marcadas por conceitos, metodologias e conclusões que muitas vezes soam como comédia involuntária.

O resultado preliminar de 2026, divulgado pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) no final de agosto, reúne 50 teses premiadas e dezenas de menções honrosas. Alguns desses trabalhos, no entanto, chamam a atenção por motivos que não têm exatamente a ver com excelência.

A **Gazeta do Povo** selecionou dez desses trabalhos (todos teses de doutorado), levando em conta a carga ideológica, o vocabulário empolado

e, em alguns casos, passagens que fariam qualquer leitor comum se perguntar se aquilo é mesmo um estudo financiado com dinheiro público. Veja a seguir o que a nossa suposta elite intelectual anda premiando nos bastidores.

1) “Pornô maleável”: Performances corporificadas e infraestruturas digitais no camming

Categoria: Comunicação e Informação

Autora: Maria Júlia Alencastro Veiga

Instituição: Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM)

Resumo: A pesquisa investiga o mercado de sexo virtual ao vivo em plataformas como Chaturbate e Câmera Privê, acompanhando por cerca de dois anos as performances, as interações e a forma como o dinheiro circula nesses ambientes. O

estudo também ouviu pessoas que atuam nesse mercado para compreender as condições e as dificuldades da atividade. A partir desse material, a autora mistura referências do marxismo, da fenomenologia (estudo da experiência vivida e de como percebemos o mundo) e dos estudos feministas para descrever o que acontece diante das câmeras. Performances, fetiches e até vibradores controlados à distância, chamados de "teledildônicos", ganham nomes como "ressonância carnal", "visualidade háptica" e "acumulação primitiva da vergonha".

Trecho: "Essa conversa de menos de uma hora custou cento e cinquenta reais, o espectador deve colocar o saldo previamente e no momento que o saldo acaba o chat é cortado. [...] Confesso que, como bolsista da Capes que reservou o orçamento da pesquisa do próprio salário, às vezes foi difícil

me concentrar na conversa, uma vez que um contador com a quantidade de saldo fica constantemente visível e diminuía a cada minuto.”

Procurada pela reportagem da Gazeta do Povo, a orientadora Gabriela Machado Ramos de Almeida explicou que a pesquisa envolveu cerca de dois anos de observação e entrevistas. Segundo ela, o trabalho procura compreender tanto as condições da atividade quanto o funcionamento das plataformas. A orientadora também destacou a trajetória anterior da autora nos estudos sobre pornografia e o doutorado-sanduíche realizado por ela na University of Turku, na Finlândia, sob supervisão de Susanna Paasonen, pesquisadora de referência nos estudos sobre pornografia e internet.

2) Sopros e Travessias: culturas afrodiaspóricas em composição de uma educação criativo-decolonial em oficinas de pífano

Categoria: Artes

Autora: Mayara Araujo do Amaral

Instituição: Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Resumo: Segundo a tese, o ensino tradicional de música nas universidades brasileiras é racista, elitista e promove “epistemicídios” (termo usado para definir a eliminação de formas de conhecimento). Como alternativa, a autora propõe oficinas de pífano (um tipo de flauta) e uma educação “decolonial” — ou seja, que questiona o peso das referências culturais europeias. Detalhe: os pífanos são construídos com materiais reutilizados, como canos de PVC e rolhas de vinho.

Só que a proposta não se limita ao ensino de música. Para Mayara, as aulas também devem abrir espaço para questões como gênero, sexualidade, raça, classe social e o lugar de onde o aluno vem.

Trecho: “Ao longo desta tese, optei pelo uso do gênero feminino como forma de generalização. Essa escolha não ignora a presença de pessoas de outros gêneros, mas constitui um gesto político e simbólico de afirmação do feminino como centralidade possível na construção de conhecimentos, rompendo com a tradição do masculino universal.”

3) Cartografias Posit(H)ivas: ativismos digitais do HIV/AIDS

Categoria: Linguística e Literatura (Linguística Aplicada)

Autor: Renan da Ponte Castelo Branco

Instituição: Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Resumo: Repleta de chavões progressistas, a tese analisa dancinhas, memes, selfies e “publis” (posts pagos ou patrocinados) de 11 influenciadores que decidiram falar abertamente sobre o HIV no Instagram. Para descrever esse movimento, o autor recorre ao filósofo sul-coreano Byung-Chul Han e à ideia de “enxame digital”, usada para definir grupos de indivíduos que atuam juntos nas redes sem formar uma organização tradicional.

A partir daí, o ativismo nas redes passa a ser analisado por conceitos como “psicopolítica neoliberal” e “sujeito-empresa-de-si”.

Trecho: “Importa ressaltar, finalmente, que essa narrativa não é desenhada a partir do pressuposto de uma suposta objetividade científica. Quem a escreve é o corpo de um homem nordestino, cearense, professor, gay e, em meio a todas essas formas socialmente perceptíveis, um corpo permeado por muitos devires e vozes.”

Procurado pela reportagem da Gazeta do Povo, Renan da Ponte Castelo Branco explicou que a pesquisa nasceu do contraste entre os avanços médicos no tratamento do HIV e a permanência do estigma social associado à doença. Segundo ele, o trabalho acompanhou ativistas no

Instagram entre 2021 e 2024 e depois realizou entrevistas com alguns deles. A pesquisa também mostra como o ativismo mudou ao migrar para as redes sociais, com pessoas que passaram a falar sobre HIV a partir de suas próprias experiências, fora dos formatos tradicionais de mobilização.

4) A militarização na Política Nacional de Educação Básica Pública e na gestão escolar: o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (2019-2023)

Categoria: Educação

Autor: Alexandre Marinho Pimenta

Instituição: Universidade de Brasília (UnB)

Resumo: O trabalho analisa o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares a partir do

materialismo histórico-dialético, método de análise inspirado no pensamento de Karl Marx. O autor conclui que a presença de militares desfigurou a escola pública e criou um regime de disciplina voltado ao “adestramento” dos alunos.

É aí que a coisa fica interessante: embora faça afirmações sobre mudanças profundas no comportamento dos estudantes, a pesquisa não incluiu visitas às escolas do programa nem entrevistas diretas com os alunos. Em uma nota de rodapé, o próprio autor admite: “A qualidade e a efetividade de tais instâncias não são verificadas na pesquisa”.

Trecho: “O regime disciplinar militarizado alterou a dimensão repressivo-disciplinar das Escolas Cívico-Militares com reforço de

hierarquias, mecanismos e práticas disciplinares, punitivas, concorrenciais e de adestramento, em afronta aos direitos das crianças e dos adolescentes e na busca por formar estudantes dóceis, úteis, obedientes e passivos, segundo uma concepção autoritária e reprodutivista de educação."

5) Digital Patriots and Proud Pariahs: How the Brazilian Far Right Mobilises Foreign Policy Discourse on Social Media

Tradução da autora: "Patriotas digitais, párias com muito orgulho: como a extrema direita brasileira mobiliza a política externa em seu discurso nas redes sociais".

Categoria: Ciência Política e Relações Internacionais

Autora: Anna Carolina Raposo de Mello

Instituição: Universidade de São Paulo (USP) / King's College London (KCL)

Resumo: Desenvolvida em regime de dupla titulação entre universidades de dois países (por isso o título em inglês), a pesquisa tenta mostrar como o bolsonarismo transformou a política externa em parte de sua identidade.

O texto parte do pressuposto de que a extrema direita é a vilã da história recente. A partir de publicações nas redes sociais, Anna Carolina identifica uma "agenda reacionária comum" entre movimentos de direita considerada radical de diferentes nações — e afirma que, no Brasil, questões internacionais passaram a ser associadas diretamente a "afetos políticos domésticos".

Nesse diagnóstico ainda entram globalismo, teorias da conspiração, desinformação e a criação de “inimigos difusos”. Mas o título da pesquisa já vem com o veredito pronto: “patriotas digitais” são “párias”. Se você se encaixa no primeiro rótulo, o segundo vem junto.

Trecho: “Em meio ao crescente autoritarismo e à desilusão com as instituições democráticas, a extrema direita tem se consolidado como uma força política que desestabiliza democracias ao redor do mundo.”

6) Formação intercultural de professores de Matemática do segundo ciclo do ensino secundário no contexto sociocultural Umbundu/Bié numa perspectiva da Etnomatemática

Categoria: Educação Matemática (Ensino)

Autor: Ezequias Adolfo Domingas Cassela

Instituição: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP)

Resumo: A pesquisa busca reformular o ensino de matemática em Angola, questionando o que chama de “hegemonia eurocêntrica” por meio da Etnomatemática (uma abordagem que considera os diferentes modos de cada cultura calcular, medir e resolver problemas). O foco está no povo Umbundu, uma das principais comunidades do centro-sul do país, com forte presença na província do Bié.

Mas a proposta vai além de incluir referências culturais nas aulas. O autor defende que esses conhecimentos não precisam ser validados pela matemática acadêmica para serem considerados

legítimos. É nesse ponto que surge uma contradição: o trabalho rejeita o ensino tradicional, mas recorre a categorias já estabelecidas para interpretar situações do cotidiano.

A travessia de um rio de canoa, por exemplo, é associada à geometria diferencial, ao cálculo de derivadas e às equações diferenciais. Na cestaria, o autor identifica até um "PI outro", que poderia dialogar com o número π. Como bônus, aparecem no texto diálogos de campo com indicações como "[risos]", "[gargalhadas]" e até "[kkkk]".

Trecho: "Tratamos de levar uma leitura de matemática formal, sem respeitar a sabedoria cultural [...]. Manifestamos demonstrações matemáticas e hegemônicas, que de certa forma, invisibilizaram a cultura local dos pesquisados

[...] A ação em questão, na perspectiva do Programa Etnomatemática, remeteu-nos a uma posição de colonizador".

Procurado pela reportagem da Gazeta do Povo, Ezequias Cassela defendeu que a tese não pretende transformar os conhecimentos do povo Umbundu em exemplos da matemática acadêmica, mas colocá-los em diálogo com ela. Como exemplo, ele citou o método usado na construção de colmeias, que utiliza a abertura entre o polegar e o indicador como referência de medida. Sobre os diálogos com "[gargalhadas]" e "[kkkk]", Cassela afirmou que essas marcas ajudam a preservar a voz e a atmosfera dos encontros.

7) Entre águas, peneiras e baquaras: Saberes docentes interculturais e contracoloniais em

licenciaturas indígenas na FAINDI/UNEMAT, Brasil e na UPN, México

Categoria: Educação

Autora: Amanda Pereira da Silva Azinari

Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Resumo: O estudo aborda a formação de professores a partir da trajetória de 13 docentes da FAINDI, a Faculdade Indígena Intercultural da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), e da UPN, Universidade Pedagógica Nacional do México.

Para isso, a autora adota a “pesquisa narrativa” e chama o próprio trabalho de “corpo-tese” — conceito que mistura pesquisa, vida e formação e procura romper com fronteiras mais tradicionais da produção acadêmica. Até a estrutura do

trabalho muda: os capítulos viram “Tramas” e “Fios Narrativos”.

Amanda também relata experiências de campo, como uma semana viajando de carro com professores (que ganha o nome de “Etapa Intermediária Emergencial”). E descreve o sol, os cheiros, os sabores e até as “picadas dos insetos” como parte da produção do conhecimento. O vocabulário ainda inclui expressões como “artesania relacional” e uma perspectiva “corpórea-intercultural-ambiental-espiritual-histórica”.

Trecho: “Considerar o corpo e suas experiências me permitiu coletivizar a constituição de saberes, convivendo com os formadores e formadoras e com os povos indígenas sob o sol escaldante

mato-grossense, nas picadas dos insetos, os cheiros, provando dos sabores-saberes.”

8) Por uma teologia desútil e vagabunda: uma degustação teodecolonial da poesia de Manoel de Barros

Categoria: Ciências da Religião e Teologia

Autor: Ivan Kiper Malacarne

Instituição: Faculdades EST (Escola Superior de Teologia, São Leopoldo-RS)

Resumo: A tese sugere uma leitura teológica da poesia do mato-grossense Manoel de Barros (1916-2014) para questionar a tradição cristã e o que o autor considera o excesso de razão na teologia acadêmica. A proposta é chamada de “teologia desútil” e aposta justamente naquilo que não serve para nada, como o inútil, o resto, o

lixo e o ócio. A própria pesquisa é apresentada como uma “degustação teológica” da poesia.

Para explicar como isso funciona, o autor recorre à antropofagia e transforma a produção de conhecimento em uma espécie de processo digestivo. A poesia é “devorada”, as teorias são “mastigadas” e o resultado é transformado em “novos bolos fecais teológicos”.

A linguagem escatológica chega à própria teologia, com a defesa de que é preciso usar “bosta” para limpar a Palavra de Deus. Nos agradecimentos, a Capes também aparece. Segundo o autor, o financiamento permitiu que ele fosse um “vagabundo profissional em tempo integral”.

Trecho: “Posto isso, opta-se, como alimento, a teopoética, permitindo devorar a poesia de Manoel e nutrir-se dela para produzir novos bolos fecais teológicos capazes de fertilizar novos discursos, experiências e práticas.”

9) Crianças no Movimento Sem Terra e a política como “rito de iniciação”

Categoria: Educação

Autora: Franceila Auer

Instituição: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Resumo: O trabalho acompanha a rotina de crianças em um assentamento do MST no Espírito Santo para entender como elas são introduzidas desde cedo na militância ideológica do movimento. Mas a autora não trata essa formação como um problema. Franceila diz que a

educação dos chamados “Sem Terrinha” deve prepará-los para a continuidade do movimento e vê o envolvimento dos pequenos como um desafio ao “adultocentrismo” (a ideia de que adultos devem decidir o que é melhor para as crianças).

A tese também registra a doutrinação em situações inocentes do cotidiano. Em uma quadrilha junina, por exemplo, até as tradicionais marcações de dança ganham novos sentidos: o “anarriê” vira uma referência à “luta contra o fascismo”, enquanto o cumprimento das damas é associado à resistência das mulheres e à defesa da diversidade. Tudo isso, para Franceila, é educação.

Trecho: “Por volta do meio-dia, as crianças, cujas famílias não estavam ali, precisaram se deslocar no ônibus escolar para as escolas e de lá para as suas casas. Elas disseram que ficaram tristes, pois desejavam continuar até o final do dia no evento. Das crianças que permaneceram, vimos Ayla, Bruna e Fernando. Elas ficaram com as famílias, brincaram, comeram doces, participaram do forró e presenciaram uma roda de conversa com deputados eleitos por um partido político.”

10) Cosmopolitas do Terceiro Mundo: Redes laborais, comunicação militante e culturas transnacionais de solidariedade entre Moçambique e o Brasil no final da Guerra Fria (1970-1980)

Categoria: História

Autor: Julimar Mora Silva

Instituição: PUC–Rio

Resumo: O trabalho resgata a trajetória de brasileiros que foram para Moçambique nos anos 1970 e 1980 com o objetivo de ajudar na construção do regime socialista da Frelimo (a Frente de Libertação de Moçambique, que havia chegado ao poder depois da independência do país).

O autor apresenta essa experiência como uma história de solidariedade, militância e cooperação entre povos. Só que a vida dos estrangeiros tinha algumas vantagens. Eles podiam comprar produtos importados em lojas exclusivas, usar moeda internacional, ter carro e viajar para a Europa. Na capital Maputo, até as praias tinham

áreas separadas para brasileiros, russos e cubanos.

A tese menciona essas contradições, mas as transforma em “assimetrias”, “microtensões” e “tensões produtivas”. Em um dos depoimentos, um historiador admite que sabia da violência do regime marxista-leninista da Frelimo, mas preferiu não escrever sobre isso porque sua experiência profissional no país era “muito bem recebida” e “muito frutífera”. A solidariedade revolucionária, pelo visto, tinha seus limites.

Trecho: “Apesar das desigualdades legadas pelo colonialismo, a República Popular de Moçambique tinha à disposição um sistema de saúde gratuito e um conjunto de benefícios sociais que os cooperantes e colaboradores sabiam aproveitar muito bem. Do ponto de vista

de alguns deles, os benefícios sociais que desfrutavam em Moçambique compensavam problemas não resolvidos no Brasil.”

A **Gazeta do Povo** buscou o posicionamento dos demais autores citados nesta matéria (diretamente ou por meio de seus orientadores), mas não obteve retorno até a conclusão deste texto.



Voltar ao índice

PARA SE APROFUNDAR

- **Com a crise nos três poderes, chegou a hora de escrever uma nova Constituição?**
- **Quem foi Fulton Sheen, o bispo-celebridade que será beatificado por Leão XIV**
- **Caso Ed Sheeran mostra alcance da patrulha ideológica pró-Palestina**
- **Quem eram os jovens americanos que cortaram cana em Cuba para ajudar a revolução**
- **Vizinhos isolam Lula no debate sobre crime organizado na ONU**
- **Mentiras de Moraes aumentam constrangimento público de aliados**

COMO RECEBER

As edições da Gazeta do Povo Revista vão estar disponíveis para download em PDF pelos nossos assinantes todos os sábados pela manhã no site do jornal. Também é possível se inscrever, para ser lembrado de baixar o arquivo, pelo Whatsapp ou pelo Telegram. Se preferir receber por e-mail, você pode se inscrever na newsletter exclusiva para receber o link de download.

EXPEDIENTE

A Gazeta do Povo Revista é uma seleção de conteúdos publicados ao longo da semana no nosso site. Curadoria e formatação: Carlos Coelho, Daliane Nogueira e Marcela Mendes. Apoio: Jessica Lopes da Silva dos Reis. Conceito visual: Claudio Cristiano Gonçalves Alves. Coordenação: Patrícia Künzel.

APLICATIVO

Caso seu acesso seja via aplicativo iOS, só é possível visualizar o pdf. Para fazer o download, recomendamos o uso do navegador de internet de seu celular.



Voltar ao índice